

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XVIII



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1979

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

A. GARCIA Y BELLIDO, E. A. THOMPSON, A. Bérbero de AGUILERO, E. M. SHTAJERMAN, Marcelo VIGIL, A. M. Prieto ARCINIEGA, *Conflictos y Estructuras en la Hispania Antigua*, Manifiesto, série Histórica, 22, Akal Editora, Madrid, 1977, 166 p.

Ao tecermos algumas considerações sobre este livro, convém desde o início ter em conta que o seu enorme interesse e utilidade resultam, não do facto de ser um trabalho com matéria inédita, mas sim por nele se reunirem sete estudos, a que, como qualificativo, a palavra *fundamentais* não nos parece excessiva.

Publicados em épocas muito diversas, de acesso, podemos-lo bem dizer (e particularmente em Portugal), extremamente difícil, os artigos desta antologia foram recolhidos com uma criteriosa perspectiva científica e divulgadora, que lhes assegurará um maior impacto junto de estudiosos e estudantes universitários, que tantas vezes têm dificuldade em localizai bibliografia actualizada e crítica.

A reunião, por conveniência temática, de vários estudos e autores, é das melhores e mais originais formas de contribuir para a perspectivação de novas pistas de investigação, pois, tal como nos diz A. M. Prieto Arciniega no prólogo, redigido em termos sintéticos e claros, «os trabalhos aqui reunidos podem servir de modelo e de ponto de partida para posteriores estudos parciais ou totais» (p. 7). *Éj* aliás, dentro desta linha de actuação, que na mesma colecção (com o n.º 14) aparecera já em 1975 (com 2.ª edição de 1976), uma outra antologia de não menor interesse, *La Transición del Esclavagismo al Feudalismo*, tema que, como é sabido, se pode considerar dos mais polémicos da historiografia moderna.

Como é evidente, poderíamos apontai a falta de artigos que se equipariam sem grandes dificuldades aos que são apresentados, quer dos próprios autores, quer de outros, como A. Balil, J. M. Blazquez, Sanchez-Albornoz, Maluquer de Motes, J. S. Rafolls, só para citar alguns nomes mais conhecidos, mas há que reconhecer possíveis limitações editoriais e que o facto não desvaloriza o nível da recolha.

O livro apresenta dois conjuntos dentro do tema global — a sociedade antiga da Hispânia. O primeiro é relativo aos confrontos sociais em situações

particularmente marcantes no início e no fim do período romano. O segundo, não estando completamente afastado desta problemática, incide mais sobre aspectos da romanização e podê-los-emos ver relacionados entre si, através da observação de Vigil, sobre esse conceito, ao dizer-nos que ele não deve ser visto como urna «simples imitação das formas mais exteriores da cultura, mas como uma mudança profunda nas estruturas económicas e sociais do país, sem o que aquela seria impossível ou não passaria da superfície» (p. 136).

Sobre cada artigo, sublinharemos alguns aspectos fundamentais.

A. García y Bellido, *Bandas y guerrillas en las luchas con Roma*. Este é um dos estudos que consagrou a erudição profunda e clara de García y Bellido. Escrito em 1945, consegue manter-se uma síntese ampla e plena de vigor, sendo das que melhor continua a esclarecer a problemática das lutas dos indígenas contra Roma, aquando da expansão do século n e i a.C. na Península Ibérica ainda não pacificada. Ai o autor dá realce ao sector ocidental, ao dizer que «o centro do «banditismo» peninsular estava na Lusitânia» (p. 56).

A explicação sociológica ampla e elucidativa das motivações dos conflitos e reacções dos indígenas de áreas menos desenvolvidas é conseguida plenamente na relação com a sua organização social e formas de propriedade da terra.

García y Bellido afasta correctamente falsos mitos construídos numa deturpação da História.

E. A. THOMPSON, *Revoltas camponesas na Gália e na Hispânia no Baixo Império* (tradução do Inglês). A explicação do que foram os *bacaudae* e sua importância na conjuntura das dificuldades do Baixo Império, eis o que se procura e consegue explicar aqui, embora — e o próprio autor o reconhece — o tema se deva estudar melhor nas suas relações com as invasões bárbaras e também diríamos, na inter-relação dos diversos tipos de revoltas que se dão entre os séculos n e v, fora das áreas que o autor estuda.

A análise aprofundada das fontes permite a compreensão do papel da luta de classes na sociedade do império romano em desintegração. Quase que podemos vê-lo explicando esses movimentos como um reflexo da situação deplorável nas legiões rurais do império, sob a acção dos impostos para o Estado e do alargamento do poder dos grandes proprietários, que vão rebaixando a situação social dos pequenos camponeses. Daí que sejam eles que se aliam aos escravos nestes amplos movimentos sociais que, salvaguardando as devidas distâncias, por vezes nos fazem lembrar esses outros que, passados alguns séculos, se farão sentir na Europa, em situações de crise agudizada, quer no século xiv quer no século xv.

Poucas revoltas camponesas, como o próprio autor observa, tiveram até aqui um tratamento conveniente; este estudo (publicado originalmente em 1952) é precisamente dos primeiros a ir ao fundo de algumas questões específicas.

Desde a revolta de Matei no, a primeira do género em finais do Alto Império, até à agitação mais agudizada na primeira metade do século v — ficaram, enfim, os levantamentos antigos abertos para a problemática histórica moderna.

Abilio Barbero de Aguilera, *El Priscilianismo: herejía o movimiento social?* Um pouco na continuação do tema anterior, mas com uma dimensão diferenciada pelo seu cariz de historia religiosa e social, este artigo põe em termos críticos uma visão tradicional e meramente religiosa de um movimento histórico cujas motivações sociais estão bem patentes e que se expressam por vários conflitos e pelo tipo de áreas abrangidas.

Dentro da complexa conjuntura religiosa das tendências cristãs dos finais do séc. iv e depois de atenta análise do priscilianismo e das acusações que lhe são feitas, Abílio Barbero conclui que ele «foi fundamentalmente uma seita rigorista que procurava a perfeição espiritual através de práticas ascéticas e que realizava os seus objectivos religiosos em comunidade de mulheres e homens, não controlados por uma hierarquia eclesiástica». No entanto, ao afastar-se das estruturas dominantes na organização eclesiástica ortodoxa, foi acimada de heresia a perseguir, tanto mais que, começando a sua força a ascender em áreas da Península (norte, centro e ocidente) ainda pouco cristianizadas, se constituía num poder perigoso para os sectores dominantes da Igreja ligados às classes sociais mais elevadas.

A relação do priscilianismo, nomeadamente com outros movimentos sócio-religiosos como os *circuncelliones* do norte de África (que, no entanto, não lhe assumiram o radicalismo), é também referida, embora sucintamente.

E. M. Shtajerman, *As provindas hispanas*, dum capítulo do livro *Die Krise der Sklavenhalterordnung in western das römischen Reiches* (Berlim, 1964).

Shtajerman representa uma moderna perspectiva do materialismo histórico para a interpretação do evoluir social da Antiguidade, dotada, porém, dum sentido crítico despido de preconceitos dogmáticos. Na verdade, as observações que faz, baseiam-se sólidamente num trabalho de pesquisa documental, nomeadamente epigráfica.

Embora pouco extensa (13 pág.), é uma visão global e concreta da diversidade histórica da sociedade hispânica no séc. II, quer nas áreas mais romanizadas (onde são particularmente tidas em conta as relações de tipo escravista e a vida urbana, nos seus diversos sectores de organização política e económica), quer nas regiões do norte, onde se debruça nomeadamente sobre as características do sistema gentílico, aliás de forma idêntica à de Vigil.

Estudo rico em sugestões, talvez dos mais ricos desta antologia, pela amplitude da visão dos problemas, exigiria que alguma das generalizações fossem mais documentadas, ampliadas e enriquecidas. Trabalhos recentes se têm produzido sobre as estruturas sócio-económicas peninsulares, que completam este estudo. De assinalar, por exemplo, que Shtajerman aponta para os meados do séc. II uma «crise do regime escravista» e para a Lusitânia observa duma forma tão sugestivamente rápida, revoltas de camponeses, com sobrevivências comunitárias, contia os grandes proprietários, que seriam testemunhadas pelo *S. H. A.*, quando até agora, essas alterações têm sido identificadas com invasões de Mouros.

Marcelo Vigil, *Romanización y permanencia de estructuras sociales indígenas en la España Septentrional*. Este trabalho, publicado originalmente em 1963, emboa seja urna parcela dos estudos que o autor tem vindo a desenvolver mais recentemente (nomeadamente em colaboração com A. Barbero) constitui uma boa abordagem da relativa (ou pouca) romanização do norte da Península.

O autor estuda a mais ícente inscrição datada (23 de Julho de 399), consagrada a uma divindade indígena (*Erudinus*) — encontrada em Cobra, próximo de Torrelavega, nas Astúrias.

A organização gentílica das populações autóctones e suas modificações sob a influência romana são os pontos exemplarmente observados, sugerindo a possibilidade de se poderem realizar observações relativamente idênticas em Portugal, embora os resultados apresentem certamente diferenças em virtude dos diferentes graus de desenvolvimento das populações romanizadas.

Algumas observações nos parecem, no entanto, aplicáveis, embora haja que efectuar investigações atentas nesse sentido, como a de que «os grupos menores [*gentilitates*], rompidos os laços que os integravam nos sistemas mais amplos, ir-se-ão identificando com o território que ocuparam, mas sem perder a noção de uma unidade de origem. Desta forma desapareceram os gentilícios e em seu lugar aplicaram-se os topónimos» (p. 135-6).

Alberto Manuel Prieto Arciniega, *La Romanización de la Bética*.

Neste artigo, aqui publicado pela primeira vez, começa o autor por problematizar uma metodologia de análise da romanização. Há necessidade de se focarem os factores indígenas e os romanos, na sua lenta convergência para uma simbiose, de que nos apercebemos através das diferentes formações sociais existentes no panorama histórico da Península durante a Antiguidade.

Prieto Arciniega considera nesse sentido, embora não aprofunde a questão, que existem três áreas da Hispânia que mostram, de forma global, tipos e graus de desenvolvimento diferenciados: a primeira abrange o sul e o levante; a segunda, mostrando um nível médio de desenvolvimento, situa-se nas Mesetas, Portugal e Vale do Ebro; a terceira, mais atrasada, ocupa o norte e a região pirenaica. Esta visão parece-nos acertada excepto no que diz respeito a Portugal que não se pode ver de uma maneira seguramente unitária, pois a região a sul da bacia do Tejo apresenta uma romanização muito mais profunda e idêntica à da primeira área referida, embora o resto do país se possa englobar na segunda.

Ao tratar da romanização da Bética, o autor não vai dar-nos a imagem que poderíamos esperar: apenas esboça, em alguns tópicos, uma situação anterior à romanização, focando sobretudo Tartessos com alguns dos seus aspectos mitológicos e o meio indígena, com influências orientalizantes resultantes de diversas colonizações. A sua análise permite a conclusão de que «a romanização da Bética se produziu com uma certa rapidez, porque as organizações sociais indígenas e romanas eram semelhantes e ambas as sociedades estavam interessadas em que isto se produzisse» (p. 123), o que se poderá de certa forma generalizar para o *conuentus pacensis*.

Embora reconhecamos que a temática é muito vasta para que se possa tratar no curto espaço dum artigo, julgamos, no entanto, que poderiam sei tratadas outras questões, para além de uma visão crítica que mostra a realidade do pacifismo e da riqueza dos povos da Bética. A utilização da Arqueologia e da Epigrafia permitiria, sem dúvida, observações interessantes que se deviam deprender durante o Império, como, por exemplo, aspectos religiosos, onomásticos e decorativos.

Faltou, enfim, a abordagem da segunda parte da dicotomia — factores romanos — de que o autor nos falou no início do trabalho.

Abilio Barbero, *La integración social de los «hispani» del Pirineo oriental al reino Carolingio*. Pelo seu âmbito cronológico, este estudo afasta-se dos estudos anteriores; daí que talvez tivesse havido conveniência em substituí-lo por um outro que incidisse mais claramente sobre estruturas sociais da Antiguidade.

Dispondo de uma documentação relativamente rica para os sécs. vm e ix (se a compararmos com a que existe para outras regiões da Hispânia) e reportando-se a situações anteriores (de que nomeadamente o estudo de Vígil dá boas referências exemplificativas), Barbero estuda as diferenças de organização social e poder político existentes nas regiões pieneicas. Nunca integrada verdadeiramente no Reino Visigótico nem no Califado de Córdova, a região ocidental dos Vascos seria o ponto de partida para a criação dos reinos da «Reconquista», enquanto que a oriental será incorporada no Reino Franco através da «assimilação da aristocracia indígena, quer dizer, pela integração social dos *milites hispani* no mundo feudal carolingio» (p. 161). É, enfim, a feudalidade plena que se estrutura no no:deste espanhol.

JOSÉ MANUEL GARCIA

Luis Sagredo SAN EUSTAQUIO e Santos Crespo Ortiz de ZARATE, *Epigrafia Romana de la Provincia de Palencia*, Departamento de História Antigua, Universidad de Valladolid, Palencia, 1968, 60 p.

Para além de se proporem fazer uma recolha sistemática das inscrições de Palencia, os autores apresentam leituras actualizadas através da análise directa do monumento ou de fotografias, visando «interpretar el conjunto de datos que se desprenden del estudio de los epigrafes analizando el contenido interno de los mismos y por consiguiente, realizar un estudio histórico de los aspectos onomásticos, sociales, demográficos, religiosos, etc., sin detenernos en el examen moifológico y material de las inscripciones, interesándonos únicamente por su contenido» (p. 3-4).

A 1.ª parte é dedicada á *onomástica*. Começa-se pela *antroponímia*, dando-se a lista dos indivíduos referenciados nas inscrições, de acordo com